

# PARTE I

## ENCERRAMENTO DE BALANÇO 17 a 19/04/2023

PARTE I

# CURRICULUM RESUMIDO

- ✓ Bacharel em Ciência Contábeis – UFC: 1994
- ✓ Pós graduado em Controladoria – UFC/USP: 1999
- ✓ Pós Graduado em Perícia e Auditoria – Unichristus: 2014
- ✓ Mestrando em Ciência Contábeis – FUCAPE: 2021/2023
- ✓ Sócio Diretor da empresa AUDITARES CONTABILIDADE E PERICIA
- ✓ Consultor de Empresas - FDI
- ✓ Perito Contábil com registro no CNPC
- ✓ Auditor Independente com registro no CNAI
- ✓ Membro da Comissão de Normas Técnicas Aplicadas a Perícia e Recuperação Judicial-CRC-CE
- ✓ Presidente da Associação dos Peritos Contadores do Estado do Ceará – APCEC (2023/2025)



# CURRICULUM RESUMIDO

- ✓ Membro da Associação dos Peritos Judiciais e Financeiros do Estado do Ceará
- ✓ Vice-Secretário da Assoc. dos Contabilistas do Estado do Ceará-ACONTECE (2022/2023)
- ✓ Suplente do Conselho Fiscal da Federação Brasileira de Peritos, Árbitros e Mediadores-FEBRAPAM
- ✓ Instrutor CRC-CE

# PROGRAMA

- Obrigatoriedade da escrituração contábil
- CPC's

| NBC                         | DOU        | DESCRIÇÃO                                      | CPC        | IASB      |
|-----------------------------|------------|------------------------------------------------|------------|-----------|
| NBC-TG-Estrutura Conceitual | 13/12/2019 | Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | CPC 00(R2) | Framework |
| NBC-TG 01(R4)               | 22/12/2017 | Redução ao Valor Recuperável de Ativos         | CPC 01(R1) | IAS 36    |
| NBC-TG 03(R3)               | 22/12/2016 | Demonstração dos Fluxos de Caixa               | CPC 03(R2) | IAS 07    |
| NBC-TG 04(R4)               | 22/12/2017 | Ativo Intangível                               | CPC 04(R1) | IAS 38    |
| NBC-TG 09                   | 28/11/2008 | Demonstração do Valor Adicionado (DVA)         | CPC 09     | -X-       |



| NBC             | DOU        | DESCRIÇÃO                                              | CPC          | IASB          |
|-----------------|------------|--------------------------------------------------------|--------------|---------------|
| NBC-TG 12       | 27/01/2009 | Ajuste a Valor Presente                                | CPC 12       | -X-           |
| NBC-TG 16(R2)   | 22/12/2017 | Estoques                                               | CPC 16(R1)   | IAS 02        |
| NBC-TG 25(R2)   | 22/12/2017 | Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | CPC 25       | IAS 37        |
| NBC-TG 26(R5)   | 22/12/2017 | Apresentação das Demonstrações Contábeis               | CPC 26(R1)   | IAS 01        |
| NBC-TG 27(R4)   | 22/12/2017 | Ativo Imobilizado                                      | CPC 27       | IAS 16        |
| NBC-TG 32(R4)   | 22/12/2017 | Tributos sobre o Lucro                                 | CPC 32       | IAS 12        |
| NBC-TG 46(R2)   | 22/12/2017 | Mensuração do Valor Justo                              | CPC 46       | IFRS 13       |
| NBC-TG 1000(R1) | 01/11/2016 | Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas          | CPC PME (R1) | IFRS for SMEs |

# PROGRAMA

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Provisões Sobre Lucros.
- Formas de Tributação do Imposto de Renda
  - Lucro Real Trimestral
    - e-Lalur
  - Lucro Presumido
- Roteiro para Encerramento de Balanço

## BIBLIOGRAFIA

- TADAYOSI, Honório; **PLANEJAMENTO E REVISÃO DE BALANÇO CONTÁBIL/FISCAL**; Cursos Módulus, 2019.
- SANTOS, Cleônimo dos; **FECHAMENTO DE BALANÇO-TEORIA E PRÁTICA**; 2018; Freitas Bastos Editora.
- GELBCKE, Ernesto R; SANTOS, Ariovaldo; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTIS, Eliseu; **MANUAL DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA**; 2018; Fipecafi/Atlas.

# **OBRIGATORIEDADE**

## **Normas**



# OBRIGATORIEDADE

- **LEI 6.404/1976 (Alterada pela Lei 11.941/2009):**

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

# OBRIGATORIEDADE

- **LEI 10.406/2002:**

Art. 1.179. **O empresário e a sociedade empresária** são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o [art. 970](#).

**Art. 970.** A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao **pequeno empresário**, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.

# OBRIGATORIEDADE

- **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- ✓ **As microempresas e empresas de pequeno porte estão obrigadas à manutenção de escrituração contábil** regular e a elaborar demonstrações contábeis anuais, sendo-lhes permitido, contudo, adotar um modelo de escrituração contábil e de elaboração de demonstrações contábeis bem mais simples. (OTG-1000-Item 03)



# OBRIGATORIEDADE

- **DECRETO 9.580/2018:**

Art. 600. A pessoa jurídica habilitada à opção pelo regime de tributação com base no **lucro presumido deverá manter** (*Lei nº 8.981, de 1995, art. 45, caput*):

**I - escrituração contábil nos termos da legislação comercial;**

**II - Livro Registro de Inventário**, do qual deverão constar registrados os estoques existentes no término do ano-calendário; e

**III - em boa guarda e ordem**, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, os livros de escrituração obrigatórios por legislação fiscal específica e os documentos e os demais papéis que serviram de base para escrituração comercial e fiscal.

Parágrafo único. **O disposto no inciso I do caput não se aplica à pessoa jurídica que, no decorrer do ano-calendário, mantiver livro-caixa**, no qual deverá estar escriturada toda a movimentação financeira, inclusive bancária (*Lei nº 8.981, de 1995, art. 45, parágrafo único*).





# OBRIGATORIEDADE

- **LEI 11.101/2005 (Lei de RJ e Falência):**

Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:

II – **as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios** sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração de resultados acumulados;
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
- d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

# OBRIGATORIEDADE

- **LEI 11.101/2005 (Lei de RJ e Falência):**

§ 2º Com relação à exigência prevista no inciso II do **caput** deste artigo, as **microempresas e empresas de pequeno porte poderão** apresentar livros e escrituração contábil simplificados nos termos da legislação específica.

# **NBC TG EC**

## **Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros**

## ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- ✓ O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer **informações financeiras** sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade que reporta e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade (NBC TG-EC, 3.2)



# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- **Ativo** é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados. (NBC TG-EC 4.3)

# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## ➤ ASPECTOS DO ATIVO:

### **(a) Direito**

- ✓ Direitos de receber caixa;
- ✓ Direitos de receber produtos ou serviços;
- ✓ Direito sobre Propriedade Intelectual

### **(b) Potencial de produzir benefícios econômicos**

- ✓ Máquinas e equipamentos;
- ✓ Estoques

# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## (c) Controle (NBC TG-EC 4.2)

A entidade controla um recurso econômico:

- ✓ se ela tem a capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e obter os benefícios econômicos que podem fluir dele.
- ✓ se tem a capacidade presente de impedir outras partes de direcionar o uso do recurso econômico e de obter os benefícios econômicos que podem fluir dele.
- ✓ Então... se uma parte controla um recurso econômico, nenhuma outra parte controla esse recurso.

# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- **Passivo** é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados (NBC TG-EC 4.26).



## ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### ➤ CRITÉRIOS PARA EXISTÊNCIA DO PASSIVO (NBC TG-EC 4.27):

#### (a) a entidade tem uma obrigação

- ✓ A obrigação é o dever ou responsabilidade que a entidade não tem a capacidade prática de evitar.
- ✓ A obrigação é sempre devida à outra parte (ou partes).
- ✓ A outra parte (ou partes) pode ser uma pessoa ou outra entidade, grupo de pessoas ou outras entidades, ou a sociedade em geral.
- ✓ Não é necessário conhecer a identidade da parte (ou partes) para quem a obrigação é devida.

## ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### (b)a obrigação é de transferir um recurso econômico

- ✓ A obrigação deve ter o potencial de exigir que a entidade transfira um recurso econômico para outra parte (ou partes).
- ✓ Para que esse potencial exista, **não é necessário que seja certo, ou mesmo provável**, que a entidade será obrigada a transferir um recurso econômico –a transferência pode, por exemplo, ser obrigada somente se ocorrer evento futuro incerto especificado.
- ✓ É necessário somente que a obrigação já exista e que, em pelo menos uma circunstância, exigirá que a entidade transfira um recurso econômico.

## **ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**(c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados**

A obrigação presente existe como resultado de eventos passados somente se:

- ✓ a entidade já tiver obtido benefícios econômicos ou tomado uma ação; e
- ✓ como consequência, a entidade terá ou poderá ter que transferir um recurso econômico que de outro modo não teria que transferir.

# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

- ✓ O valor contábil total do Patrimônio Líquido (total do patrimônio líquido) não é mensurado diretamente.
- ✓ Equivale ao total dos valores contábeis de todos os ativos reconhecidos menos o total dos valores contábeis de todos os passivos reconhecidos. (NBC TG-EC, 6.87)



# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

✓ Como as demonstrações contábeis para fins gerais **não se destinam a apresentar o valor da entidade**, o valor contábil total do patrimônio líquido geralmente **NÃO EQUIVALE**:

- (a) ao valor de mercado total de direitos sobre o patrimônio na entidade;
- (b) ao valor que poderia ser levantado, vendendo a entidade como um todo em regime de continuidade operacional; ou
- (c) ao valor que poderia ser levantado, vendendo todos os ativos da entidade e liquidando todos os seus passivos.

(NBC TG-EC, 6.88)

# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS:

- ✓ A classificação é aplicada à unidade de conta selecionada para ativo ou passivo.
- ✓ Porém pode ser apropriado separar o ativo ou passivo em componentes que possuem diferentes características e classificar esses componentes separadamente.
- ✓ Isso é apropriado se classificar esses componentes separadamente melhoraria a utilidade das informações financeiras resultantes.

(NBC TG-EC, 7.9)

# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

- ✓ Para fornecer informações úteis, pode ser necessário classificar componentes do patrimônio líquido separadamente se alguns desses componentes estiverem sujeitos a determinados requisitos legais, regulatórios ou outros.
- ✓ A apresentação e a divulgação separadas dessas reservas podem fornecer informações úteis.

(NBC TG-EC, 7.13)



## ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- A característica qualitativa fundamental denominada **Relevância**:
  - ✓ Informação contábil-financeira relevante **é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.**
  - ✓ A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.
  - ✓ A informação contábil-financeira **é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.**



## ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- A característica qualitativa fundamental denominada **Representação Fidedigna**:
  - ✓ Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números.
  - ✓ Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que **representar um fenômeno relevante**, mas tem também que **representar com fidedignidade o fenômeno** que se propõe representar.
  - ✓ Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos: **1) completa; 2) neutra; e 3) livre de erro.**
  - ✓ É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. **O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.**

## ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- A característica qualitativa fundamental denominada **Comparabilidade**:
  - ✓ As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra.
  - ✓ Consequentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação **será mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades** e com **informação similar sobre a mesma entidade para outro período** ou para outra data.

## ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- A característica qualitativa fundamental denominada **Verificabilidade**:
  - ✓ A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.
  - ✓ Significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso (embora não cheguem necessariamente a um completo acordo), quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.
  - ✓ Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.



## ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- A característica qualitativa fundamental denominada **Tempestividade**:
  - ✓ Tempestividade significa **ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.**
  - ✓ Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade.
  - ✓ Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.



# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



- A característica qualitativa fundamental denominada **Compreensibilidade**:
  - ✓ As Demonstrações Contábeis são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente.
  - ✓ Por vezes, mesmo os usuários bem informados e diligentes podem sentir a necessidade de procurar ajuda de consultor para compreensão da informação sobre um fenômeno econômico complexo.

# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Premissa (Princípio) básica da **Continuidade**:
  - ✓ As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (*going concern assumption*) e irá manter-se em operação por um futuro previsível.
  - ✓ Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações.
  - ✓ Caso a entidade deseje descontinuar algumas atividades/operações deverá observar a NBC TG 31 (R4).

# ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## CRITÉRIO DE ORDENAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

| ATIVO                                                                                                               | PASSIVO + PL                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ordem decrescente de liquidez<br> | Ordem decrescente de exigibilidade<br> |

# **NBC TG 26(R5)**

## **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEFINIÇÃO:

- ✓ As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade.
- ✓ O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade **que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.**
- ✓ As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEFINIÇÃO:

- ✓ Para satisfazer a esse objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:
  - a) Ativos (BP)
  - b) Passivos (BP)
  - c) Patrimônio líquido (BP)
  - d) Receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas (DRE)
  - e) Alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles (DMPL)
  - f) Fluxos de caixa (DFC)

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- ✓ Essas informações, juntamente com outras informações constantes das **Notas Explicativas**, ajudam os usuários das demonstrações contábeis **na previsão dos futuros fluxos de caixa da entidade** e, em particular, a época e o grau de certeza de sua geração.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

- O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:
  - ✓ Balanço Patrimonial ao final do período;
  - ✓ Demonstração do Resultado do Período;
  - ✓ Demonstração do Resultado Abrangente do período;
  - ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do período;
  - ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa do período;
  - ✓ Demonstração do Valor Adicionado do período, conforme NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

- ✓ Notas Explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- ✓ informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A;
- ✓ balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou procede à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO:

- Muitas entidades apresentam, fora das demonstrações contábeis, Relatório da Administração que descreve e explica as características principais do desempenho e da posição financeira e patrimonial da entidade e as principais incertezas às quais está sujeita.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - COMPOSIÇÃO:

➤ Esse relatório pode incluir a análise:

- (a) dos principais fatores e influências que determinam o desempenho, incluindo alterações no ambiente em que a entidade opera, a resposta da entidade a essas alterações e o seu efeito e a política de investimento da entidade para manter e melhorar o desempenho, incluindo a sua política de dividendos;
- (b) das fontes de financiamento da entidade e a respectiva relação pretendida entre passivos e o patrimônio líquido; e
- (c) dos recursos da entidade não reconhecidos nas demonstrações contábeis de acordo com as normas.





# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## CONTINUIDADE:

- As demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da continuidade, a menos que a administração tenha intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.
- Quando a administração tiver ciência, ao fazer a sua avaliação, de incertezas relevantes relacionadas com eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível, **essas incertezas devem ser divulgadas.**



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## CONTINUIDADE:

- Quando as demonstrações contábeis não forem elaboradas no pressuposto da continuidade, **esse fato deve ser divulgado**, juntamente com as bases com as quais as demonstrações contábeis foram elaboradas e a razão pela qual não se pressupõe a continuidade da entidade.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## REGIME DE COMPETÊNCIA:

- A entidade deve elaborar as suas demonstrações contábeis, exceto para a demonstração dos fluxos de caixa, utilizando-se do regime de competência.
- Quando o regime de competência é utilizado, os itens devem ser reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas (elementos das demonstrações contábeis) quando satisfazem às definições e aos critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO:

- A entidade deve apresentar separadamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes. A entidade deve apresentar separadamente os itens de natureza ou função distinta.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## PERIODICIDADE:

- O conjunto completo das demonstrações contábeis deve ser apresentado **pelo menos anualmente** (inclusive informação comparativa).
- Quando se altera a data de encerramento das demonstrações contábeis da entidade e as demonstrações contábeis são apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano, a entidade deve divulgar, além do período abrangido pelas demonstrações contábeis:
  - ✓ a razão para usar um período mais longo ou mais curto; e o fato de que não são inteiramente comparáveis os montantes comparativos apresentados nessas demonstrações.



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## INFORMAÇÕES COMPARATIVAS:

- A menos que norma, interpretação ou comunicado técnico permita ou exija de outra forma, **informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior** para todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente.
- Também deve ser apresentada de forma comparativa a informação narrativa e descritiva que vier a ser apresentada quando for relevante para a compreensão do conjunto das demonstrações do período corrente.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## INFORMAÇÕES COMPARATIVAS:

- A entidade deve apresentar como informação mínima:
  - ✓ dois balanços patrimoniais,
  - ✓ duas demonstrações do resultado e do resultado abrangente,
  - ✓ duas demonstrações do resultado (se apresentadas separadamente),
  - ✓ duas demonstrações dos fluxos de caixa,
  - ✓ duas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e
  - ✓ duas demonstrações do valor adicionado (se apresentadas),
  - ✓ bem como as respectivas notas explicativas.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## INFORMAÇÕES COMPARATIVAS:

- Em alguns casos, as informações narrativas disponibilizadas nas demonstrações contábeis do(s) período(s) anterior(es) **continuam a ser relevantes no período corrente**. Por exemplo, a entidade divulga no período corrente os detalhes de uma disputa legal, cujo desfecho era incerto no final do período anterior e ainda está para ser resolvido.
- A entidade pode apresentar informações comparativas adicionais ao mínimo exigido pelas normas para as demonstrações contábeis. Quando este for o caso, a entidade deve apresentar em nota explicativa a informação quanto a estas demonstrações adicionais



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### MUDANÇA NA POLÍTICA CONTÁBIL, DEMONSTRAÇÃO RETROSPECTIVA OU RECLASSIFICAÇÃO

- A entidade **deve apresentar um terceiro balanço** patrimonial no início do período anterior, adicional aos comparativos mínimos das demonstrações contábeis exigidas **se:**
- i. **aplicar uma política contábil retrospectivamente**, fazer uma **reapresentação retrospectiva** de itens nas suas demonstrações contábeis ou **reclassificar itens de suas demonstrações contábeis**; e
  - ii. a aplicação retrospectiva, a reapresentação retrospectiva ou a reclassificação **tem efeito material** sobre as informações do balanço patrimonial no início do período anterior



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## MUDANÇA NA POLÍTICA CONTÁBIL, DEMONSTRAÇÃO RETROSPECTIVA OU RECLASSIFICAÇÃO

- Nas circunstâncias descritas na tela anterior, a entidade deve **apresentar três balanços patrimoniais** no:
  - i. final do período corrente;
  - ii. final do período anterior; e
  - iii. no início do período precedente

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## MUDANÇA NA POLÍTICA CONTÁBIL, DEMONSTRAÇÃO RETROSPECTIVA OU RECLASSIFICAÇÃO

- Quando a entidade é requerida a **apresentar um balanço patrimonial adicional**, deve divulgar as seguintes informações:
  - a) a natureza da reclassificação;
  - b) o montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e
  - c) a razão para a reclassificação.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### MUDANÇA NA POLÍTICA CONTÁBIL, DEMONSTRAÇÃO RETROSPECTIVA OU RECLASSIFICAÇÃO

- Quando for **impraticável reclassificar** montantes apresentados para fins comparativos, a entidade deve divulgar:
  - a) a razão para não reclassificar os montantes; e
  - b) a natureza dos ajustes que teriam sido feitos se os montantes tivessem sido reclassificados.
- No entanto, **não precisa apresentar as notas explicativas** relacionadas com o **balanço patrimonial de abertura no início do período anterior**.
- A **NBC TG 23** define os ajustes requeridos para as informações comparativas quando a entidade altera uma política contábil ou corrige um erro

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## IDENTIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

- Cada demonstração contábil e respectivas notas explicativas devem ser **identificadas claramente**.
- As seguintes informações devem ser divulgadas de forma destacada e repetida (quando necessário) para a devida compreensão da informação apresentada:
  - ✓ **o nome da entidade** às quais as demonstrações contábeis dizem respeito, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do período anterior;
  - ✓ se as demonstrações contábeis se **referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades (consolidadas. Ver NBC TG 36(R3))**.



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## IDENTIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

- ✓ **a data de encerramento do período** de reporte ou o período coberto pelo conjunto de demonstrações contábeis ou notas explicativas
- ✓ **a moeda de apresentação**, e seus efeitos, tal como definido na NBC TG 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; e
- ✓ **o nível de arredondamento** usado na apresentação dos valores nas demonstrações contábeis (Ex.: em R\$ milhões).

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL:

➤ O balanço patrimonial deve apresentar, respeitada a legislação, as seguintes contas:

### ➤ **NO ATIVO:**

- ✓ caixa e equivalentes de caixa\*;
- ✓ clientes e outros recebíveis\*;
- ✓ estoques;
- ✓ ativos financeiros (EXCETO “\*”);
- ✓ total de ativos classificados como disponíveis para venda (NBC TG 38) e ativos à disposição para venda de acordo com a NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## **BALANÇO PATRIMONIAL:**

- ✓ ativos biológicos dentro do alcance da NBC TG 29;
- ✓ investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;
- ✓ propriedades para investimento;
- ✓ imobilizado;
- ✓ intangível

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL:

### ➤ NO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

- ✓ contas a pagar comerciais e outras\*\*;
- ✓ Provisões\*\*;
- ✓ obrigações financeiras (EXCETO “\*\*”);
- ✓ obrigações e ativos relativos à tributação corrente;
- ✓ impostos diferidos ativos e passivos;
- ✓ obrigações associadas a ativos à disposição para venda;
- ✓ participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido; e
- ✓ capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade.



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL:

- A entidade deve apresentar **ativos circulantes e não circulantes**, e **passivos circulantes e não circulantes**, como grupos de contas separados no balanço patrimonial.
- a entidade deve divulgar o montante esperado a ser recuperado ou liquidado em até doze meses ou mais do que doze meses, após o período de reporte, para cada item de ativo e passivo.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL:

- O ativo **deve ser classificado como circulante** quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
- (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
  - (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
  - (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
  - (d) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL:

- Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulante.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL:

- O **ativo não circulante** deve ser subdividido em: i) **realizável a longo prazo**, ii) **investimentos**, iii) **imobilizado**, e iv) **intangível**.
- O ciclo operacional da entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes.
- Quando o ciclo operacional normal da entidade **não for claramente** identificável, pressupõe-se que **sua duração seja de doze meses**.



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL:

- O **passivo** deve ser classificado como **circulante** quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
- (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
  - (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
  - (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço;
  - (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL:

- Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

# Balanço Patrimonial

| Ativo                           | 30-jun-17        | 31-dez-16        | Passivo                             | 30-jun-17        | 31-dez-16        |
|---------------------------------|------------------|------------------|-------------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Circulante</b>               | <b>547.021</b>   | <b>535.369</b>   | <b>Circulante</b>                   | <b>440.826</b>   | <b>409.155</b>   |
| Disponibilidades                | 98.389           | 105.745          | Empréstimos/Debêntures              | 207.285          | 197.004          |
| Contas a Receber                | 227.126          | 215.379          | Fornecedores e Cessão de Crédito    | 130.605          | 124.451          |
| Estoques                        | 181.939          | 185.880          | Impostos e Contribuições Sociais    | 27.418           | 25.188           |
| Impostos a Recuperar            | 24.379           | 19.079           | Obrigações Sociais e Trabalhistas   | 37.441           | 27.155           |
| Despesas antecipadas            | 5.426            | 1.995            | Adiantamentos de Clientes           | 16.123           | 17.977           |
| Outros                          | 9.762            | 7.291            | Dividendos a pagar                  | 370              | 915              |
|                                 |                  |                  | Outros                              | 21.584           | 16.465           |
| <b>Não Circulante</b>           | <b>706.814</b>   | <b>701.991</b>   | <b>Não Circulante</b>               | <b>533.808</b>   | <b>589.746</b>   |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b> | <b>260.294</b>   | <b>247.847</b>   | Empréstimos/Debêntures              | 340.961          | 389.657          |
| Depósitos Judiciais             | 87.342           | 81.742           | Fornecedores                        | 73.465           | 68.990           |
| Impostos a Recuperar            | 5.732            | 6.124            | IR e CSLL Diferidos                 | 18.564           | 3.250            |
| Ativo Tributário                | 28.337           | 26.735           | Parcelamento Obrigações Tributárias | 66.438           | 69.342           |
| Créditos Partes Relacionadas    | 92.449           | 89.423           | Provisões                           | 34.380           | 58.507           |
| Recebíveis da Eletrobrás        | 32.208           | 32.208           |                                     |                  |                  |
| Outros Ativos Não Circulante    | 14.226           | 11.615           |                                     |                  |                  |
|                                 |                  |                  | <b>Patrimônio Líquido</b>           | <b>279.201</b>   | <b>238.459</b>   |
| <b>Investimentos</b>            | <b>277</b>       | <b>243</b>       | Capital Social                      | 130.000          | 119.565          |
| <b>Imobilizado</b>              | <b>426.560</b>   | <b>433.348</b>   | Reservas de Lucro                   | 110.619          | 121.129          |
| <b>Intangível</b>               | <b>19.683</b>    | <b>20.553</b>    | Outros Resultados Abrangentes       | (3.845)          | (2.246)          |
|                                 |                  |                  | Lucros Acumulados                   | 42.400           | -                |
|                                 |                  |                  | Part Acionistas Não Controladores   | 27               | 11               |
| <b>Total do Ativo</b>           | <b>1.253.835</b> | <b>1.237.360</b> | <b>Total do Passivo</b>             | <b>1.253.835</b> | <b>1.237.360</b> |



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES:

- *Outros resultados abrangentes* compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelas normas, interpretações e comunicados emitidos pelo CFC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:
  - ✓ **variações na reserva de reavaliação** quando permitidas legalmente (ver a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e a NBC TG 04 – Ativo Intangível);
  - ✓ **ganhos e perdas atuariais** em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme item 93A da NBC TG 33 – Benefícios a Empregados;



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES:

- ✓ **ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior** (ver a NBC TG 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis);
- ✓ **ganhos e perdas resultantes de investimentos em instrumentos patrimoniais** designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 da NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros;
- ✓ **ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**, de acordo com o item 4.1.2A da NBC TG 48;

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES:

- ✓ **parcela efetiva de ganhos e perdas de instrumentos de hedge** em operação de hedge de fluxo de caixa e os ganhos e perdas em instrumentos de hedge que protegem investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 da NBC TG 48 (ver Capítulo 6 da NBC TG 48);

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES:

- ✓ **para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado**, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 da NBC TG 48);
- ✓ **alteração no valor temporal de opções** quando separar o valor intrínseco e o valor temporal do contrato de opção e designar como instrumento de hedge somente as alterações no valor intrínseco (ver Capítulo 6 da NBC TG 48); e



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES:

- ✓ **alteração no valor dos elementos a termo de contratos a termo** ao separar o elemento a termo e o elemento à vista de contrato a termo e designar, como instrumento de hedge, somente as alterações no elemento à vista, e alterações no valor do spread com base na moeda estrangeira de instrumento financeiro ao excluí-lo da designação desse instrumento financeiro como instrumento de hedge (ver Capítulo 6 da NBC TG 48).



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

- A **Demonstração do Resultado e outros Resultados Abrangentes** (demonstração do resultado abrangente) devem apresentar, além das seções da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes:
  - (a) o total do resultado (do período);
  - (b) total de outros resultados abrangentes;
  - (c) resultado abrangente do período, sendo o total do resultado e de outros resultados abrangentes.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

- Além dos itens requeridos em outras normas, a **demonstração do resultado do período** deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também às determinações legais:
- ✓ receitas, apresentando separadamente receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos;
  - ✓ ganhos e perdas decorrentes do desreconhecimento de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
  - ✓ custos de financiamento;

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

- ✓ perda por redução ao valor recuperável (incluindo reversões de perdas por redução ao valor recuperável ou ganhos na redução ao valor recuperável), determinado de acordo com a Seção 5.5 da NBC TG 48;
- ✓ parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial;

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

- ✓ se o ativo financeiro for reclassificado da categoria de mensuração ao custo amortizado de modo que seja mensurado ao valor justo por meio do resultado, qualquer ganho ou perda decorrente da diferença entre o custo amortizado anterior do ativo financeiro e seu valor justo na data da reclassificação (conforme definido na NBC TG 48);



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

- ✓ se o ativo financeiro for reclassificado da categoria de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de modo que seja mensurado ao valor justo por meio do resultado, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido anteriormente em outros resultados abrangentes que sejam reclassificados para o resultado;
- ✓ tributos sobre o lucro;
- ✓ um único valor para o total de operações descontinuadas (ver a NBC TG 31);



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

- ✓ em atendimento à legislação societária brasileira a demonstração do resultado deve incluir ainda as seguintes rubricas:
  - i. custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos;
  - ii. lucro bruto;
  - iii. despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
  - iv. resultado antes das receitas e despesas financeiras;
  - v. resultado antes dos tributos sobre o lucro;
  - vi. resultado líquido do período.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

➤ Outros resultados abrangentes devem apresentar rubricas para valores de:

✓ outros resultados abrangentes, classificados por natureza e agrupados naquelas que, de acordo com outras normas:

- (i) não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período; e
- (ii) serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas;



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

- Outros resultados abrangentes devem apresentar rubricas para valores de:
  - ✓ participação em outros resultados abrangentes de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, separadas pela participação nas contas que, de acordo com outras normas:
    - (i) não serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período; e
    - (ii) serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.



# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

## EXEMPLO

CNPJ: 00.000.000/0000-00

31/12/2017

|                                     | 12/2017       |
|-------------------------------------|---------------|
| R\$                                 | 1,00          |
| RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS           | 1.571.629,76  |
| ( - ) IMPOSTOS INCIDENTES           | 184.329,67    |
| RECEITA LÍQUIDA DE FATURAMENTO      | 1.755.959,43  |
| ( - ) Custos dos Produtos Vendidos  | -1.368.793,16 |
| LUCRO BRUTO                         | 387.166,27    |
| ( - ) DESPESAS OPERACIONAIS         | -189.543,04   |
| Administrativas                     | -164.584,68   |
| Tributárias                         | -24.958,36    |
| RESULTADO FINANCEIRO                | -14.976,88    |
| Receitas Financeiras                | 3.459,14      |
| Despesas Financeiras                | -18.436,02    |
| OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS        | 0,00          |
| OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS        | -17.458,31    |
| RESULTADO OPERACIONAL               | 165.188,04    |
| RECEITAS NÃO OPERACIONAIS           | 0,00          |
| DESPESAS NÃO OPERACIONAIS           | -1.469,16     |
| LUCRO ANTES DA PROV P/ CONT SOCIAL  | 163.718,88    |
| Provisão Para Contribuição Social   | 0,00          |
| LUCRO ANTES DA PROV P/ IMP DE RENDA | 163.718,88    |
| Provisão Para Imposto de Renda      | 0,00          |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO            | 163.718,88    |

O EBITDA ajustado é reconciliado com o lucro líquido (prejuízo) conforme demonstrado abaixo:

(Instrução CVM 527/2012)

### Operações continuadas

|                                                                                                                | Exercícios findos em 31 de dezembro de |               |               |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|---------------|---------------|
|                                                                                                                | 2018                                   | 2017          | 2016          |
| Lucro líquido das operações continuadas                                                                        | 6.988                                  | 6.334         | 5.203         |
| Depreciação, amortização e exaustão                                                                            | 3.351                                  | 3.708         | 3.487         |
| Tributos sobre o lucro                                                                                         | (172)                                  | 1.495         | 2.781         |
| Resultado financeiro, líquido                                                                                  | 4.957                                  | 3.019         | (1.843)       |
| Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures, líquido dos dividendos recebidos | 570                                    | 488           | 1.104         |
| Eventos especiais (nota 4b)                                                                                    | 899                                    | 294           | 1.240         |
| <b>EBITDA Ajustado das operações continuadas</b>                                                               | <b>16.593</b>                          | <b>15.338</b> | <b>11.972</b> |

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM X1

|                                                                                                             |    |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----|
| (=) Resultado Líquido do Período                                                                            | X1 | X0 |
| (=/-) Outros Resultados Abrangentes                                                                         |    |    |
| Variação de Reserva de Reavaliação (quando existente)                                                       |    |    |
| Ganhos/Perdas em Planos de Previdência Complementar<br>ou Conversão das Demonstrações Contábeis p/ Exterior |    |    |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial                                                                             |    |    |
| (=/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas<br>(quando reconhecidas pela Equivalência Patrimonial)  |    |    |
| (=) Resultado Abrangente do Período                                                                         |    |    |

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL):

- A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido, conforme requerido no item 10. A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui as seguintes informações:
  - ✓ o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores;
  - ✓ para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva, reconhecidos de acordo com a NBC TG 23;



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL):

- ✓ para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente (no mínimo) as mutações decorrentes:
  - i. do resultado líquido;
  - ii. de cada item dos outros resultados abrangentes; e
  - iii. de transações com os proprietários realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) - MODELO

| Descrição                    | Capital Social | Reservas de Capital | Ajustes Avaliação Patrimonial | Reservas de Lucros | Ações em Tesouraria | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Total |
|------------------------------|----------------|---------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------|--------------------------------|-------|
| <b>Saldo em 31/12/1</b>      |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| Aumentos de capital          |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| Resultado do Exercício       |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| Reversão de Reservas         |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| Destinação para reservas     |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| Dividendos                   |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| JSCP                         |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| <b>Saldo em 31/12/1</b>      |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| Aumento de capital           |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| Resultado do exercício, etc. |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |
| <b>Saldo em 31/12/1</b>      |                |                     |                               |                    |                     |                                |       |

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (DFC):

- A informação sobre fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa. A NBC TG 03 define os requisitos para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e respectivas divulgações.

## **Fluxo de Caixa Direto**

### **Atividades Operacionais**

|                                    |             |
|------------------------------------|-------------|
| Recebimento de Contas a Receber    | 2.008.490   |
| Pagamento de Fornecedores          | (1.368.600) |
| Pagamento de Impostos sobre Vendas | (24.400)    |
| Pagamentos de Desp. Vendas e Adm.  | (116.300)   |
| Pagamentos de Desp. Financeiras    | (23.300)    |
| Pagamento de IR e CSSL             | (48.290)    |

**Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** **427.600**

### **Atividades de Investimentos**

|                                 |           |
|---------------------------------|-----------|
| Valor de Compra de Imobilizados | (603.000) |
|---------------------------------|-----------|

**Fluxo de Caixa das Ativiades de Investimentos** **(603.000)**

### **Atividades de Financiamentos**

|                               |         |
|-------------------------------|---------|
| Captação de Novos Empréstimos | 100.000 |
|-------------------------------|---------|

**Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos** **100.000**

**Variação líquida no caixa** **(75.400)**

**Caixa no início do período** **200.000**

**Caixa no final do período** **124.600**



## Fluxo de Caixa Indireto

### Atividades Operacionais

|                         |                |
|-------------------------|----------------|
| Lucro do Exercício      | 104.200        |
| Depreciação             | 39.800         |
| <b>Geração de Caixa</b> | <b>144.000</b> |

|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| Diminuição de Contas a Receber      | 430.000   |
| Diminuição de Fornecedores          | (126.000) |
| Diminuição de Impostos sobre Vendas | (4.800)   |
| Diminuição de impostos sobre Lucros | (15.600)  |

**Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** **427.600**

### Atividades de Investimentos

|                                 |           |
|---------------------------------|-----------|
| Valor de Compra de Imobilizados | (603.000) |
|---------------------------------|-----------|

**Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos** **(603.000)**

### Atividades de Financiamentos

|                               |         |
|-------------------------------|---------|
| Captação de Novos Empréstimos | 100.000 |
|-------------------------------|---------|

**Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos** **100.000**

**Variação líquida no caixa** **(75.400)**

|                                   |                |
|-----------------------------------|----------------|
| <b>Caixa no início do período</b> | <b>200.000</b> |
| <b>Caixa no final do período</b>  | <b>124.600</b> |

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## NOTAS EXPLICATIVAS:

- As notas explicativas devem:
- (a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas;
  - (b) divulgar a informação requerida pelas normas, interpretações e comunicados técnicos que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; e
  - (c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## NOTAS EXPLICATIVAS:

- Exemplos de ordenação ou agrupamento sistemático das notas explicativas incluem:
  - (a) dar destaque para as áreas de atividades que a entidade considera mais relevantes para a compreensão do seu desempenho financeiro e da posição financeira, como agrupar informações sobre determinadas atividades operacionais;
  - (b) agrupar informações sobre contas mensuradas de forma semelhante, como os ativos mensurados ao valor justo; ou



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## NOTAS EXPLICATIVAS:

- (c) seguir a ordem das contas das demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e do balanço patrimonial, tais como:
  - (i) declaração de conformidade com as normas, interpretações e comunicados;
  - (ii) políticas contábeis significativas aplicadas;
  - (iii) informação de suporte de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas; e



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## NOTAS EXPLICATIVAS:

iv. outras divulgações, incluindo:

- ✓ passivos contingentes (ver NBC TG 25) e compromissos contratuais não reconhecidos; e
- ✓ divulgações não financeiras, por exemplo, os objetivos e as políticas de gestão do risco financeiro da entidade (ver NBC TG 40).

# **NBC TG 01(R4)**

## **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### DEFINIÇÕES:

- **Valor justo** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- **Perda por desvalorização** é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
- **Valor em uso** é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.
- O ativo está desvalorizado **quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.**



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### INDICATIVOS DE DESVALORIZAÇÃO DO ATIVO:

- ✓ há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- ✓ mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- ✓ as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### INDICATIVOS DE DESVALORIZAÇÃO DO ATIVO:

- ✓ o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- ✓ evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- ✓ mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas **mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;**

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### INDICATIVOS DE DESVALORIZAÇÃO DO ATIVO:

- ✓ evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;
- ✓ A entidade pode identificar outras indicações ou fontes de informação de que um ativo pode ter se desvalorizado, exigindo que a entidade determine o seu valor recuperável ou, no caso do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

### MENSURAÇÃO:

- ✓ Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso;



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **VALOR DE USO:**

Os seguintes elementos devem ser refletidos no cálculo do valor em uso do ativo:

- ✓ estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;
- ✓ expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros;
- ✓ valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco;



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### VALOR DE USO:

Os seguintes elementos devem ser refletidos no cálculo do valor em uso do ativo:

- ✓ preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio); e
- ✓ outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo.



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **VALOR DE USO:**

A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

- (a) estimar futuras entradas e saídas de caixa derivadas do uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e
- (b) aplicar a taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **BASE PARA ESTIMATIVAS DE FC's FUTUROS:**

Ao mensurar o valor em uso a entidade deve:

- ✓ basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão ao longo da vida útil remanescente do ativo. Peso maior deve ser dado às evidências externas;

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### BASE PARA ESTIMATIVAS DE FC's FUTUROS:

Ao mensurar o valor em uso a entidade deve:

- ✓ basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros **mais recentes** aprovados pela administração;
- ✓ devem **excluir** qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo.
- ✓ As projeções baseadas nessas previsões ou orçamentos devem abranger, **o período máximo de cinco anos**, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo;

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **BASE PARA ESTIMATIVAS DE FC's FUTUROS:**

Ao mensurar o valor em uso a entidade deve:

- ✓ estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período abrangido pelas previsões ou orçamentos mais recentes pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada.



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **BASE PARA ESTIMATIVAS DE FC's FUTUROS:**

Ao mensurar o valor em uso a entidade deve:

- ✓ Essa taxa de crescimento **não deve exceder a taxa média de crescimento**, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### FLUXO DE CAIXA NA PERPETUIDADE:

$$\text{VR DO ATIVO} = \sum_{i=1}^n \frac{\text{FCE}_i}{(1 + \text{TD})^i}$$

$$V_o = \underbrace{\frac{\text{FCE}_1}{(\text{TD})^1} + \frac{\text{FCE}_2}{(\text{TD})^2} + \dots + \frac{\text{FCE}_{10}}{(\text{TD})^{10}}}_{\text{Período explícito}} + \underbrace{\frac{\left( \frac{\text{FCE}_{10} \times (1+g)}{\text{TD} - g} \right)}{(1 + \text{TD})^{10}}}_{\text{Perpetuidade}}$$

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### FLUXO DE CAIXA NA PERPETUIDADE:

$$\text{Perpetuidade} = \frac{\frac{FCL \times (1 + g + \text{inflação})}{(WACC - g - \text{inflação})}}{(1 + WACC)^n}$$

Onde:

FCL = Fluxo de caixa livre;

Inflação = correção inflacionária anual projetada;

g = crescimento real anual;

WACC = *Weighted Average Cost Of Capital*, ou Custo Médio Ponderado do Capital;

n = período de desconto;

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### APURAÇÃO DO WACC (CMPC)

$$\text{WACC} = K_p \times C_p + K_t \times C_t$$

- ✓  $K_p$  = custo do capital próprio
- ✓  $K_t$  = custo do capital de terceiros
- ✓  $C_p$  = percentual de capital próprio na estrutura de capital
- ✓  $C_t$  = percentual de capital de terceiros na estrutura de capital.



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **BASE PARA ESTIMATIVAS DE FC's FUTUROS:**

A administração deve avaliar a razoabilidade das premissas sobre as quais as atuais projeções de fluxos de caixa se baseiam, examinando as causas das diferenças entre as projeções passadas de fluxos de caixa e os fluxos de caixa atuais observados. A administração deve certificar-se de que as premissas sobre as quais suas projeções atuais de fluxos de caixa estão baseadas são consistentes com os resultados observados no passado, garantindo que os efeitos de eventos ou circunstâncias subsequentes, que não foram previstos quando os fluxos de caixa atuais observados foram estimados, tornem isso adequado.

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **BASE PARA ESTIMATIVAS DE FC's FUTUROS:**

- As projeções de fluxo de caixa até o fim da vida útil de um ativo devem ser estimadas pela extrapolação das projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos e previsões financeiras, usando uma taxa de crescimento para anos subsequentes.
- Essa taxa deve ser estável ou decrescente, a menos que um aumento na taxa seja condizente com informações objetivas acerca dos padrões de ciclo de vida do produto ou setor econômico. Se apropriada, a taxa de crescimento deve ser zero ou negativa.

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **BASE PARA ESTIMATIVAS DE FC's FUTUROS:**

As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir:

- (a) projeções de entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo;
- (b) projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo (incluindo as saídas de caixa para preparar o ativo para uso) e que podem ser diretamente atribuídas ou alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo; e
- (c) se houver, fluxos de caixa líquidos a serem recebidos (ou pagos) quando da baixa do ativo ao término de sua vida útil.



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### BASE PARA ESTIMATIVAS DE FC's FUTUROS:

- A **taxa de desconto** deve ser a taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado acerca:
  - (a) do valor do dinheiro no tempo; e
  - (b) dos riscos específicos do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.
  
- Quando uma taxa específica de um ativo não estiver diretamente disponível no mercado, a entidade deve usar substitutos para estimar a taxa de desconto.



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO:

- **Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável.** Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.
- A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

# TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

## RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO:

O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o **maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso.**

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **REVERSÃO:**

A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### REVERSÃO:

O **valor em uso de um ativo pode se tornar maior do que seu valor contábil** simplesmente porque o valor presente de futuras entradas de caixa aumenta na medida em que essas entradas se tornam mais próximas da data atual.

Entretanto, o potencial de serviços do ativo não aumentou. Portanto, a perda por desvalorização não deve ser revertida simplesmente por causa da passagem do tempo (algumas vezes reconhecida pelo termo “fluência” do desconto), mesmo que o valor recuperável do ativo se torne maior do que seu valor contábil.



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **DIVULGAÇÃO:**

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

- ✓ o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- ✓ o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **DIVULGAÇÃO:**

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

- ✓ o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- ✓ o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **DIVULGAÇÃO:**

A entidade deve divulgar as seguintes informações para as perdas por desvalorização como um todo e para as reversões de perdas por desvalorização como um todo, reconhecidas durante o período para o qual nenhuma informação tenha sido divulgada:

- (a) as classes principais de ativos afetados por perdas por desvalorização e as classes principais de ativos afetados por reversões de perdas por desvalorização; e
- (b) os principais eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento dessas perdas por desvalorização e reversões de perdas por desvalorização.

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### **DIVULGAÇÃO:**

Se o valor justo líquido das despesas de alienação tiver sido mensurado, utilizando projeções de fluxo de caixa descontado, a entidade deve divulgar as seguintes informações:

- (i) o período ao longo do qual a administração tenha projetado os fluxos de caixa;
- (ii) a taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa;
- (iii) a taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa;



## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### EXEMPLO:

Considerando as entradas e saídas de Caixa de um determinado equipamento e uma taxa de desconto de 25%, tem-se o seguinte Fluxo de Caixa:

| P | Entrada de Caixa | Saída     | FC        | FC-VP            |
|---|------------------|-----------|-----------|------------------|
| 1 | 30.000,00        | 5.000,00  | 25.000,00 | <b>20.000,00</b> |
| 2 | 28.000,00        | 4.800,00  | 23.200,00 | <b>14.848,00</b> |
| 3 | 25.000,00        | 4.500,00  | 20.500,00 | <b>10.496,00</b> |
| 4 | 20.000,00        | 4.000,00  | 16.000,00 | <b>6.553,60</b>  |
| 5 | 15.000,00        | 3.500,00  | 11.500,00 | <b>3.768,32</b>  |
|   | 118.000,00       | 21.800,00 | 96.200,00 | <b>55.665,92</b> |

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### OUTRAS INFORMAÇÕES:

Vr Aquisição: 100.000,00

(-) Depreciação: (42.000,00)

**Vr Contábil: 58.000,00**

Vr Líquido de Venda: **45.000,00**

Vr Uso: **55.665,92**

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### APURAÇÃO:

Apuração perda do Valor Recuperável do Ativo:

Vr Contábil: R\$ 58.000,00

Vr Recuperável: R\$ 55.665,92

**Vr perda p/Desvalorização: R\$ 2.334,08**

### **Lançamento:**

D – Despesa com perda p/desvalorização (Resultado)

C – Perda p/Desvalorização de Ativo (Red.Ativo)

**R\$ 2.334,08**

## TESTE DE RECUPERABILIDADE (*Impairment*)

### TRATAMENTO FISCAL:

Tributariamente, essa despesa não terá reflexo fiscal para fins de determinação do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, isto é, **a despesa por perda de desvalorização (*impairment*) de um ativo imobilizado não será dedutível para IRPJ e CSLL**, pelas empresas submetidas à tributação do lucro real.

(Solução de Consulta nº 17-COSIT, 20/03/2018)



## 18. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment") e contratos onerosos

As perdas por *impairment* reconhecidas no exercício estão apresentadas a seguir:

|                                                                        | Demonstração do resultado |              |            |
|------------------------------------------------------------------------|---------------------------|--------------|------------|
|                                                                        | Impairment                |              |            |
| Segmentos por classe de ativos                                         | 2020                      | 2019         | 2018       |
| Metais básicos - Níquel                                                | 882                       | 2.511        | -          |
| Carvão                                                                 | 935                       | 1.691        | -          |
| Outros ativos                                                          | 201                       | 119          | 184        |
| <b>Impairment de ativos não circulantes</b>                            | <b>2.018</b>              | <b>4.321</b> | <b>184</b> |
| Contratos onerosos                                                     | -                         | 240          | 393        |
| Baixas de ativos não circulantes                                       | 225                       | 513          | 322        |
| <b>Redução ao valor recuperável e baixas de ativos não circulantes</b> | <b>2.243</b>              | <b>5.074</b> | <b>899</b> |

### a) *Impairment* de ativos

Durante 2020, algumas operações da Companhia foram temporariamente suspensas em função da pandemia de COVID-19. Estas operações já foram retomadas e, portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxos de caixa, como preços de commodities e níveis de produção, permaneceram inalteradas e não resultaram no *impairment* destes ativos.

A Companhia testou o *impairment* em relação aos ativos que tiveram indicativos de que poderiam estar desvalorizados e para o *goodwill*. Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa ("UGC") foi avaliado usando o modelo valor justo líquido de despesas de venda ("FVLCD - *Fair Value Less Costs of Disposal*"), através de técnicas de fluxo de caixa descontado, sendo classificado no "nível 3" na hierarquia de valor justo, levando em consideração propostas e acordos de venda, quando aplicável.

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco dos países nos quais a UGC individual opera.

**Impairment de ativos não financeiros** – Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, conseqüentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados no menor nível em que existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros (excluindo ágio) os quais a Companhia reconheceu *impairment* em anos anteriores são revisados caso eventos ou alterações de circunstância indiquem que o *impairment* não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida.

**Contratos onerosos** - Para alguns contratos de longo prazo, uma provisão é reconhecida quando o valor presente dos custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam ser recebidos ao longo desses contratos.

---



# **NBC TG 12**

## **Ajuste a Valor Presente**

## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### DEFINIÇÃO:

- Ao se aplicar o conceito de valor presente deve-se associar tal procedimento à mensuração de ativos e passivos **levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo** e as incertezas a eles associados.
- Desse modo, as informações prestadas **possibilitam a análise** e a tomada de decisões econômicas que **resultam na melhor avaliação** e alocação de recursos escassos.
- Diferenças econômicas entre ativos e passivos **precisam ser refletidas** adequadamente pela Contabilidade a fim de que os **agentes** econômicos possam definir **com menor margem de erro** os prêmios requeridos em contrapartida **aos riscos assumidos**.



## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### RELEVÂNCIA E CONFIABILIDADE:

- Do mesmo modo, o “preço” que participantes do mercado estão **dispostos a “cobrar” para assumir riscos** advindos de incertezas associadas a fluxos de caixa (ou em linguagem de finanças “o prêmio pelo risco”) deve ser igualmente avaliado.
- Por outro lado, **não são admissíveis ajustes arbitrários para prêmios** por risco, mesmo com a justificativa de quase impossibilidade de se angariarem informações de participantes de mercado.

## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### DIRETRIZES:

- Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo **quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente** com base em **taxas de desconto** que **reflitam as melhores avaliações** do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.
- A quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em **base exponencial "pro rata die"**, a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### DIRETRIZES:

- As **reversões** dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis **devem ser apropriadas como receitas ou despesas financeiras**.
- Para fins de desconto a valor presente de ativos e passivos, a **taxa a ser aplicada não deve ser líquida de efeitos fiscais** e, sim, antes dos impostos.

## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### DIVULGAÇÃO:

➤ Em se tratando de evidenciação em nota explicativa, devem ser prestadas **informações mínimas** que permitam que os usuários das demonstrações contábeis obtenham entendimento inequívoco das mensurações a valor presente levadas a efeito para ativos e passivos, compreendendo o seguinte rol não exaustivo:

- ✓ **descrição pormenorizada do item objeto da mensuração** a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado;



## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### ✓ DIVULGAÇÃO:

- ✓ **premissas utilizadas pela administração, taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco** (*risk-free*, risco de crédito, etc.), montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado, expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas);
- ✓ **modelos utilizados para cálculo de riscos e *inputs* dos modelos;**

## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### ✓ DIVULGAÇÃO:

- ✓ breve descrição do **método de alocação dos descontos** e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração;
- ✓ **propósito da mensuração a valor presente**, se para reconhecimento inicial ou nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento;
- ✓ outras informações consideradas relevantes.

## AJUSTE A VALOR PRESENTE

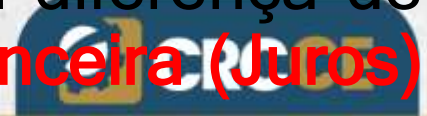
### ✓ EXEMPLO:

- **Exemplo 1 - Venda a prazo de mercadorias**
- Venda a prazo
- Data da Venda = 01/03/2016
- Valor da Venda = 280.000,00
- Valor Presente = 263.772,67
- Prazo de pagamento = 6 parcelas
- Taxa de juros 1% a.m.

## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### ✓ EXEMPLO:

- Exemplo 1 - Venda a prazo de mercadorias
- Venda a prazo
- Data da Venda = 01/03/2016
- Valor da Venda = 280.000,00
- Valor Presente = 263.772,67
- Prazo de pagamento = 6 parcelas
- Taxa de juros 1% a.m.
- O valor a prazo é R\$280.000,00, e o Valor Presente (à vista) é R\$263.772,67, sendo que a diferença de **R\$16.227,33 é o valor da Receita Financeira (Juros)** que está embutida no valor.





## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### ✓ EXEMPLO:

| DATA       | VALOR<br>PRESENTE | MÊS    | JUROS        |
|------------|-------------------|--------|--------------|
| 01/03/2016 | R\$ 263.772,67    | MARÇO  | R\$ 2.637,72 |
| 01/04/2016 | R\$ 266.410,39    | ABRIL  | R\$ 2.664,11 |
| 01/05/2016 | R\$ 269.074,50    | MAIO   | R\$ 2.690,74 |
| 01/06/2016 | R\$ 271.765,24    | JUNHO  | R\$ 2.717,65 |
| 01/07/2016 | R\$ 274.482,89    | JULHO  | R\$ 2.744,83 |
| 01/08/2016 | R\$ 277.227,72    | AGOSTO | R\$ 2.772,28 |
| 01/09/2016 | R\$ 280.000,00    |        |              |

## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### ✓ LANÇAMENTOS:

|         |                                                    |               |
|---------|----------------------------------------------------|---------------|
| DÉBITO  | Clientes                                           | R\$280.000,00 |
| CRÉDITO | Receita Bruta com Vendas                           | R\$280.000,00 |
| DÉBITO  | Ajuste a Valor Presente (DRE – dedução da receita) | R\$16.227,33  |
| CRÉDITO | Ajuste a Valor Presente a Apropriar (ATIVO CIRC)   | R\$16.227,33  |

## AJUSTE A VALOR PRESENTE

### ✓ EXEMPLO – LANÇAMENTO APROPRIAÇÃO:

|         |                                     |             |
|---------|-------------------------------------|-------------|
| DÉBITO  | Ajuste a Valor Presente a Apropriar | R\$2.637,72 |
| CRÉDITO | Receita Financeira de Vendas        | R\$2.637,72 |



**b) Prorrogação antecipada das concessões ferroviárias** - Em dezembro de 2020, a Companhia concordou com os termos do Governo Federal, para prorrogar suas concessões para operar a Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e a Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM") por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

Após a assinatura, a Companhia reconheceu um ativo intangível relacionado ao seu direito de uso da EFC e da EFVM e, ao mesmo tempo, em troca da renovação antecipada de seus contratos, um passivo no valor de US\$2.312 (R\$12.016 milhões) (nota 13). O passivo reconhecido é composto pelos seguintes compromissos:

- Pagamentos pela outorga das concessões, em parcelas trimestrais, totalizando US\$542 (R\$2.818 milhões). Esse compromisso foi mensurado com base no valor presente líquido dos fluxos de caixa projetados de trinta anos, descontado pela taxa de 11,04%.
- A construção de 383 km da Ferrovia de Integração Centro-Oeste ("FICO"), entre os municípios de Mara Rosa, em Goiás, e Água Boa, no Mato Grosso. A construção está prevista para começar em 2021 e sua execução deve levar 6 anos. O valor presente do custo estimado para a construção, descontado pela taxa de 2,59%, é de US\$1.306 (R\$6.789 milhões) em 31 de dezembro de 2020.
- Um programa de infraestrutura, contemplando mais de 450 projetos para melhorar a segurança e redução do fluxo dos cruzamentos onde as ferrovias passam por áreas urbanas. O programa beneficiará 25 e 33 municípios interceptados pela EFC e EFVM, respectivamente. O valor presente do custo estimado para a construção, descontado pela taxa de 3,08%, é de US\$264 (R\$1.372 milhões) em 31 de dezembro de 2020.
- Aquisição e entrega de trilhos e dormentes para o Governo Federal, que os utilizará para a construção do trecho II da Ferrovia de Integração Oeste-Leste ("FIOL"), a qual ligará os municípios de Caetité e Barreiras, na Bahia, e outros compromissos diversos. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente desses compromissos, descontados pela taxa média de 2,67%, é de aproximadamente US\$200 (R\$1.037 milhões).



# **NBC TG 46(R2)**

## **Mensuração do Valor Justo**

# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## DEFINIÇÃO:

- **Valor justo** como o **preço que seria recebido** pela venda **de um ativo** ou que **seria pago** pela transferência **de um passivo** em uma **transação não forçada** entre participantes do mercado na data de mensuração.
- A mensuração do justo destina-se a um ativo ou passivo em particular. Ao precificar o ativo ou o passivo na data de mensuração, deve-se considerar **características próprias desses elementos**, como por exemplo:
  - a) a condição e a localização do ativo; e
  - b) restrições, se houver, para a venda ou o uso do ativo.

# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## DEFINIÇÃO:

- O ativo ou o passivo mensurado ao valor justo pode ser qualquer um dos seguintes:
  - (a) um ativo ou passivo individual; ou
  - (b) um grupo de ativos, grupo de passivos ou grupo de ativos e passivos.

# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## MENSURAÇÃO:

- A mensuração do valor justo presume que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorre:
  - a) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou
  - b) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.



# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## MENSURAÇÃO:

- A entidade deve **utilizar técnicas de avaliação** que sejam **apropriadas** nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, **maximizando o uso de dados** observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## MENSURAÇÃO:

- **Três técnicas de avaliação** amplamente utilizadas são
  - i. abordagem de mercado,
  - ii. abordagem de custo e
  - iii. abordagem de receita.
- A entidade deve utilizar técnicas de avaliação consistentes com uma ou mais dessas abordagens para mensurar o valor justo.

# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## NÍVEIS DE INFORMAÇÃO:

- Para aumentar a **consistência e a comparabilidade** nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, **estabeleceu-se uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis** as informações (*inputs*).
- A hierarquia de valor justo dá a mais **alta prioridade a preços cotados** (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível 1) e a **mais baixa prioridade a dados não observáveis** (informações de Nível 3).

# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## NÍVEIS DE INFORMAÇÃO:

- **Informações de Nível 1** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- O preço cotado em mercado ativo oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo sempre que disponível.



# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## NÍVEIS DE INFORMAÇÃO:

- **Informações de Nível 2** são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Informações de Nível 2 incluem os seguintes:
  - ✓ preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
  - ✓ preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos;

# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## NÍVEIS DE INFORMAÇÃO:

- ✓ informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, como, por exemplo:
  - i. taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente cotados;
  - ii. volatilidades implícitas; e
  - iii. spreads* de crédito;
- ✓ informações corroboradas pelo mercado.

# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## NÍVEIS DE INFORMAÇÃO:

- **Informações (*inputs*) de Nível 3** são dados não observáveis para o ativo ou passivo.
- Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.
- Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco

# MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

## DIVULGAÇÃO:

- Para atingir os objetivos, a entidade deve considerar todos os itens seguintes:
  - (a) o nível de detalhamento necessário para atender aos requisitos de divulgação;
  - (b) quanta ênfase se deve dar a cada um dos diversos requisitos;
  - (c) se os usuários de demonstrações contábeis necessitam de informações adicionais para avaliar as informações quantitativas divulgadas.



## b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 25 de fevereiro de 2021.

# **NBC TG 25(R2)**

## **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

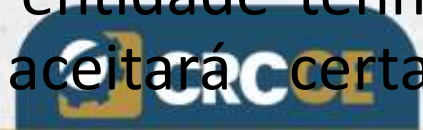
## DEFINIÇÕES:

- **Provisão** é um **passivo de prazo ou de valor incertos**.
- **Passivo** é **uma obrigação presente da entidade**, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- **Evento que cria obrigação** é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## DEFINIÇÕES:

- ***Obrigação legal*** é uma obrigação que deriva de:
  - (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
  - (b) legislação; ou
  - (c) outra ação da lei.
- ***Obrigação não formalizada*** é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:
  - (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades;





# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## DEFINIÇÕES:

- b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## DEFINIÇÕES:

➤ *Passivo contingente* é:

(a) **uma obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja **existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos** não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) **não é provável uma saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação **não pode ser mensurado** com suficiente **confiabilidade**.



# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## DEFINIÇÕES:

- **Ativo contingente** é um **ativo possível** que resulta de eventos **passados** e cuja existência **será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos** não totalmente sob controle da entidade.
- **Contrato oneroso** é um contrato em que os **custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato** **excedem os benefícios econômicos** que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.



# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## PROVISÃO E OUTROS PASSIVOS:

- As provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência **porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro** necessário para a sua liquidação.
- As contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor; e



# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## PROVISÃO E OUTROS PASSIVOS:

**PROVISÕES** – são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque **são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e

# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## PROVISÃO E OUTROS PASSIVOS:

**PASSIVOS CONTINGENTES** – não são reconhecidos como passivo porque são:

- (i) **obrigações possíveis**, visto que **ainda há de ser confirmado** se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos; ou
- (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento (**porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos** que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## PROVISÃO:

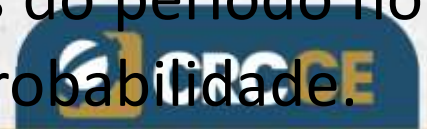
- Uma provisão deve ser reconhecida quando:
  - (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
  - (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
  - (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- **Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.**



# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## PASSIVO CONTINGENTE:

- A entidade não deve reconhecer um passivo contingente
- O passivo contingente é divulgado a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios.
- Devem ser periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos se tornou provável.
- Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros serão exigidos para um item previamente tratado como passivo contingente, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade.





# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## ATIVO CONTINGENTE:

- A entidade não deve reconhecer um ativo contingente.
- Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. **Exemplo** é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.
- O ativo contingente é divulgado, como exigido pelo item 89, quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## ATIVO CONTINGENTE:

- Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.
- Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa.
- Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente.

# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## MENSURAÇÃO E REVERSÃO DA PROVISÃO:

- O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.
- A provisão deve ser mensurada antes dos impostos.
- As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.



# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## MENSURAÇÃO E REVERSÃO DA PROVISÃO:

- O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.
- A provisão deve ser mensurada antes dos impostos.
- As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.



# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## DIVULGAÇÃO:

- Para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar:
  - a) o valor contábil no início e no fim do período;
  - b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
  - c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
  - d) valores não utilizados revertidos durante o período;
  - e
  - e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

➤ **Não é exigida informação comparativa.**



# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## **DIVULGAÇÃO:**

- Na determinação de quais provisões ou passivos contingentes podem ser agregados para formar uma única classe, é necessário considerar se a natureza dos itens é suficientemente similar para divulgação única.
- Assim, pode ser apropriado tratar como uma classe única de provisão os valores relacionados a garantias de produtos diferentes, mas não seria apropriado tratar como uma classe única os valores relacionados a garantias normais e valores relativos a processos judiciais.

# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## DIVULGAÇÃO:

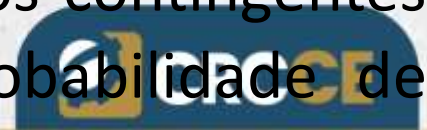
- Quando a provisão e o passivo contingente surgirem do mesmo conjunto de circunstâncias, a entidade deve fazer as divulgações de maneira que evidencie a ligação entre a provisão e o passivo contingente.
- Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros.
- É importante que as divulgações de ativos contingentes evitem dar indicações indevidas da probabilidade de surgirem ganhos.



# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

## DIVULGAÇÃO:

- Quando a provisão e o passivo contingente surgirem do mesmo conjunto de circunstâncias, a entidade deve fazer as divulgações de maneira que evidencie a ligação entre a provisão e o passivo contingente.
- Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros.
- É importante que as divulgações de ativos contingentes evitem dar indicações indevidas da probabilidade de surgirem ganhos.





# PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES



## b) Processos judiciais não provisionados

|                        | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2019 |
|------------------------|------------------------|------------------------|
| Processos tributários  | 6.911                  | 8.040                  |
| Processos cíveis       | 1.348                  | 1.518                  |
| Processos trabalhistas | 563                    | 773                    |
| Processos ambientais   | 907                    | 1.094                  |
| <b>Total</b>           | <b>9.729</b>           | <b>11.425</b>          |

Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir:

### (b.i) Processos relacionados à CFEM:

A Companhia é parte em vários processos administrativos e judiciais relacionados ao *royalty* da mineração conhecido como CFEM. Os processos decorrem de autuações promovidas pelo Agência Nacional de Mineração ("ANM", antigo "DNPM"), cujas principais discussões envolvem a dedução dos tributos e dos custos de seguros e transportes destacados em nota fiscal na apuração da CFEM, além da incidência deste *royalty* sobre pelotas e receitas das vendas realizadas pelas controladas da Companhia no exterior. Estes processos têm prognóstico de perda possível, no montante de US\$2.065 (R\$10.730 milhões) em 31 de dezembro de 2020 (US\$1.914 (R\$7.715 milhões) em 31 de dezembro de 2019).

## e) Ativos Contingentes

### (e.i) Empréstimo Compulsório

Em 2015, a Companhia ingressou com Execução da Sentença referente à decisão transitada em julgado que reconheceu parcialmente o seu direito de receber as diferenças de correção monetária e juros de empréstimo compulsório, relativamente à terceira conversão de ações da Eletrobrás, no período de 1987 a 1993. Em novembro de 2019, a Companhia requereu o pagamento do valor reconhecido pela Eletrobrás como devido, o que foi deferido pelo juízo. Em agosto de 2020, a Companhia recebeu US\$55 (R\$301 milhões), e o valor remanescente ainda está em avaliação e, portanto, o ativo contingente do montante em discussão não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.